

Ações de educação política da KAS nas periferias de São Paulo: o recorte de gênero e a percepção de que o problema não reside aqui

HUMBERTO DANTAS

RESUMO

■ O ambiente político no Brasil, a exemplo do que ocorre em muitos países do mundo, é visto como extremamente masculinizado e machista. Limites à entrada no rol de candidatos e eleitos de diversos partidos são realidades indesejadas, porém comuns, que abarcam características associadas ao nível de educação, aspectos étnicos, etários e, sobretudo, de gênero. No Brasil, mais da metade do eleitorado é feminino, cerca de 40% das filiações partidárias no país são de mulheres, mas pouco mais de 30% das candidaturas em eleições proporcionais são femininas e menos de 15% é o volume das eleitas. O que ocorre para que assistamos a esse cenário? O principal objetivo desse artigo é contribuir com parte desse debate. A resposta para tal pergunta será procurada entre jovens de 16 a 18 anos que participaram de cursos de Iniciação Política da Fundação Konrad Adenauer nas periferias de São Paulo entre 2011 e 2017. Com base na percepção dos respondentes sobre aspectos da política o intuito é compreender se existem, já nos primeiros anos do eleitor brasileiro alguma diferença na visão sobre política. Parte-se da hipótese de que entre os estudantes pesquisados não há alteração de percepção sobre a política entre meninos e meninas. Assim, sob um viés otimista, as novas gerações estariam prontas para arrefecer barreiras de gênero na política. Já pelo viés pessimista seria possível imaginar que em algum instante a barreira se apresentará. Seriam os partidos políticos? Seria o passar dos anos que separariam homens e mulheres em relação ao envolvimento com a política? Essa agenda e as respostas a tais inquietações não serão investigados,

mas será possível notar que não há distância entre as percepções políticas com base no público pesquisado.

ABSTRACT

■ The political environment in Brazil, as in many countries around the world, is seen as extremely masculinized and sexist. Limits to entering the ranks of candidates and elected representatives of various parties are unwanted, but common, realities that encompass characteristics associated with education, ethnic, age and, above all, gender. In Brazil, more than half of the electorate is female, about 40% of the party's membership in the country are women, but slightly more than 30% of the proportional elections are women, and less than 15% is the electorate. What happens to us to watch this scenario? The main objective of this article is to contribute with part of this debate. The answer to this question will be sought among 16- to 18-year-olds who participated in the Konrad Adenauer Foundation's Political Initiation courses in the outskirts of São Paulo between 2011 and 2017. Based on respondents' perceptions of policy aspects, the aim is to understand in the early years of the Brazilian voter if there is some difference in the view on politics. It is based on the hypothesis that among the students studied there is no change in perception about the politics between boys and girls. Thus, under an optimistic bias, the new generations would be ready to cool down gender barriers in politics. Already by the pessimistic bias one could imagine that at some moment the barrier will appear. Were the political parties? Was it the passing of the years that would separate men and women from involvement in politics? This agenda and the responses to such concerns will not be investigated, but it will be possible to note that there is no distance between political perceptions based on the public surveyed.

■ Escrevo esse artigo num tom pouco usual aos trabalhos acadêmicos da área em que me formei – a Ciência Política. Comecei a aprender que a academia precisa de um mínimo de sentimento depois de sete anos trabalhando no Centro Universitário São Camilo, entre 2002 e 2008. Achava estranho assistir às apresentações em PowerPoint de meus colegas da área da saúde que terminavam sempre com uma mensagem romantizada inserida numa fotografia ou num desenho bonito. O tempo me mostrou que as ciências médicas exigem a humanização como medida psicológica de sobrevivência de parte expressiva de seus pesquisadores.

No fim de meu ciclo camiliano defendi meu doutorado em Ciência Política na USP, imerso na frieza da carreira que escolhi. Sem reclamar.

Foi quando em minha banca de doutorado minha orientadora, Maria D'Alva Kinzo, em seus últimos dias de vida, fez um relato emocionado, chorou, e pediu desculpas aos poucos presentes. Foi carinhosamente advertida por Gláucio Soares, que fez questão de enfatizar o quanto perdemos quando engolimos nossos sentimentos verdadeiros e não trazemos para a vida aquilo que por vezes mastigamos, engolimos e nos faz tão mal. Foram lições que a vida me ensinou e que precisam ser registradas de alguma forma. Aqui está.

A organização desse caderno começou num simpático almoço do conselho editorial da Konrad Adenauer no Rio de Janeiro em agosto de 2017. Desde 2014 faço questão de me envolver diretamente na organização de, ao menos, um volume da revista da fundação por ano. Desde então foram: Justiça Eleitoral (2014); Juventudes no Brasil (2015); um segundo volume de Educação Política (2016), o primeiro eu ajudei a construir em 2010 e; Poder Legislativo (2017). Diversas ideias foram colocadas à mesa, mas o tema da Mulher chamou minha atenção por três razões marcantes.

A primeira porque se trata de uma causa fortemente abraçada pela KAS faz anos, levada adiante por uma mulher que para além de contar sempre comigo em formações para políticas, é um exemplo de luta incessante pela vida contra uma doença que por vezes não parece lhe dar sossego. Aline Bruno Soares é dessas pessoas inspiradoras, que transforma seu sofrimento em luz para nos mostrar o quanto é possível encarar desafios com fé.

A segunda porque trabalhar com Lúcia Avelar é sonho antigo, e para além dos poucos encontros anuais que temos na Fundação, faz alguns anos que eu gostaria de ficar ao seu lado e registrar academicamente algo que tenha essa mulher na organização. Construimos ao longo desses anos uma cumplicidade de quem aparenta ter muitos mais do que algumas horas juntos. Sua capacidade extraordinária de ouvir, de admirar de transmitir valores dão a qualquer amigo um conforto extraordinário, que espero sinceramente retribuir a altura. Lúcia impressiona pela simplicidade, pela humildade, pela vontade de conhecer e ensinar, pelas longas e deliciosas, apesar de poucas, conversas. Fico com a sensação plena de que esse volume registra e concretiza algo muito especial para minha carreira de pesquisador e ser humano. O almoço do Rio me deu essa oportunidade.

Por fim, a terceira porque ler, organizar e pensar um volume desse tipo me coloca diante dos desafios das mulheres. Pessoalmente essa temática não é fácil, pois crer na indecente fragilidade imposta às mulheres descontrói tudo o que

tive em minha vida até hoje. Sou filho único de uma mãe solteira, que colocou o companheiro para fora de casa cedo, superou doenças assombrosas nos anos 80, e manteve a casa com a mais absoluta dignidade e respeito. Ser filho de quem sou oferece-me o sentimento do símbolo maior de força da mulher. Essa realidade não é nova e tampouco rara: sou filho de uma família monoparental chefiada por uma mulher forte. Termino essa passagem destacando que a vida não poderia me levar a um casamento menos emblemático. Minha companheira cozinha desde criança, vendendo doces na escola para garantir sua mesada. E ainda muito jovem, diante de sucessivas crises econômicas vividas no país, segurou uma casa com pais e três irmãos promovendo eventos em um buffet instalado na cozinha da própria casa. Foi capaz de servir a milhares de pessoas e sobreviver dignamente, terminando tardiamente sua faculdade de gastronomia. Os exemplos são múltiplos na sociedade, mas o machismo insiste em abafar histórias com violências de todo tipo. Até quando?

A tentativa de resposta a essa pergunta me faz escrever esse artigo, e ele será construído sob o formato de um relatório de pesquisa, descrevendo dados colhidos nas experiências da Fundação. Não posso deixar de fazê-lo com base em alguns pontos essenciais. Se a mulher é um tema que me encanta academicamente, no caso desse volume a pergunta inicial precisava ser feita num café para pensarmos essa obra: “Lúcia e Patrícia, vocês acham mesmo adequado que eu escreva em um volume sobre mulheres, escrito exclusivamente por pesquisadoras?” A resposta foi positiva, e isso me deixa extremamente honrado.

Dias depois dessa aprovação, em 08 de março, mediei um debate sobre os desafios das mulheres no mercado de trabalho na Câmara Municipal de São Paulo. Por conta de um imprevisto ocupei a mesa no lugar de uma diretora da Escola do Parlamento, que eu presidia à época, e no final da atividade ouvi uma afirmação feita em tom respeitoso, mas duro: “acho que seu lugar não é aí, numa data tão simbólica e representativa para nós mulheres”. Entendi perfeitamente. Fui defendido por algumas, mas a afirmação foi reforçada por outras. Respeitosamente entendo que a causa da mulher na sociedade precisa de adeptos de todos os gêneros. Nessa causa aprendo demais, e já alterei inúmeros comportamentos. Entendo perfeitamente a situação, as críticas e consigo facilmente concordar com a discordância.

O mesmo se repete aqui nesse volume: recusar em nome do espaço ou aceitar à luz de pontos que, como colocados, podem soar como egoístas? Pois bem: aceitei por uma razão maior e, a partir de agora, mais científica: posso contribuir de alguma maneira. E a única forma está associada à Ciência Política. Nesse caso, em

especial, aos cursos de Iniciação Política que a Fundação Konrad Adenauer organiza nas periferias de São Paulo faz dez anos. Por meio de questionários aplicados aos participantes dessas atividades, seria possível notar algum tipo de interesse distinto promovendo um recorte de gênero à análise? Já apresentei resultados preliminares desse ensaio em cursos realizados pela KAS às mulheres do PSDB. O intuito aqui é tornar essas percepções mais consistentes. Parto da hipótese central de que na faixa etária dos 16 aos 18 anos o interesse por política dos jovens é muito parecido entre mulheres e homens, com tendência a um interesse discretamente maior por parte desse primeiro grupo. As constatações nos levarão a uma conclusão repleta de questões e possíveis agendas de pesquisa para desdobramentos desse ensaio. Mais uma vez: trata-se mais de um relatório descritivo de achados para contribuir com um debate amplo e essencial.

AS MULHERES NA POLÍTICA – DIMENSIONAMENTO BASILAR DO FENÔMENO

■ O Brasil tinha no início de 2018 aproximadamente 148 milhões de eleitores registrados na Justiça Eleitoral. Desse total, aproximadamente 52% eram mulheres e 48% homens. Entre os filiados aos 35 partidos políticos nacionais tínhamos cerca de 15 milhões de brasileiros, o que representa mais de 10% do eleitorado nacional. Há bastante controvérsia nesses dados. Pesquisas de opinião pública sobre engajamento político raramente mostram mais de 5% dos entrevistados afirmando que são filiados, e líderes partidários deboçam desse total quando algum estudo se pauta nele pra tratar do “desejo deliberado de um cidadão se filiar a uma legenda”. Isso significa dizer que muitos brasileiros filiados a algum partido sequer sabem que estão nessa condição. As razões para esse fenômeno são as mais diferentes possíveis, mas corromper a lógica do que se pretende em termos de representação e escolha partidária permeia praticamente todo tipo de explicação possível.

Desse total de filiados cerca de 40% eram mulheres, e aqui é possível notar a primeira quebra expressiva. Existe uma distância bastante representativa entre o percentual de eleitoras e o percentual de filiadas no Brasil. Mas a situação ainda pode se tornar mais grave: tendo em vista as eleições proporcionais, é de pouco mais de 30%, desde 2012, o percentual de mulheres candidatas aos cargos de deputada federal, deputada estadual, deputada distrital e vereadora no país. Desde o citado ano a justiça eleitoral vem insistindo com maior rigor no cumprimento daquilo que se convencionou chamar de “lei de cotas para candidatas”, o que na

verdade é uma lei para a garantia de proporcionalidade entre gêneros numa dada lista de candidatos em pleitos proporcionais. Isso significa que a lei nunca permitirá, da forma como está redigida, uma chapa proporcional formada por 100% de mulheres – tampouco apenas por homens. A despeito das discussões geradas a partir daqui, é fato que se assiste a um distanciamento gradual da representatividade feminina na sociedade até chegar às candidaturas em eleições proporcionais, modelo adotado pelo Brasil para o preenchimento de espaço nos parlamentos, organismos plurais comumente utilizados para a medição de representatividade política de distintas características das mais diferentes sociedades.

Falta, no entanto, perceber o percentual de mulheres eleitas. E aqui a mais abrupta das quebras pode ser verificada. As mulheres não conquistam sequer 15% das vagas de vereadoras e deputadas no Brasil. Assim, o total de filiadas é três quartos da representatividade feminina na sociedade, o de candidatas é menos de três quintos e o de eleitas pouco mais de um quarto. Diante de tal fenômeno o intuito maior desse artigo está em perceber se a variável gênero serve, de alguma maneira, como explicação para o interesse de jovens estudantes das periferias de São Paulo sobre o tema.

Desde 2008 a Fundação Konrad Adenauer realiza cursos de iniciação política nas franjas da Região Metropolitana de São Paulo. A partir de 2011 essas atividades foram levadas quase que exclusivamente para jovens de escolas públicas de ensino médio, e em 2013 a projetos sociais destinados a tal público. Ao longo das atividades foram aplicados questionários de percepção política e avaliação das atividades para os jovens. Se concentrarmos a análise aqui proposta, desde 2013 até 2017 nos estudantes de 16 a 18 anos, será possível verificar padrões distintos de percepção sobre a política entre as mulheres e os homens? A pesquisa aqui não tem qualquer rigor amostral, e tampouco representará o país como um todo, e nem sequer o universo da Grande São Paulo. Mas o intuito maior é compreender se existe, desde cedo, algum tipo de barreira que estabelece um distanciamento da mulher em relação à política e uma aproximação maior do homem com ela.

○ INTERESSE DAS JOVENS PELO TEMA – EXISTE DIFERENÇA?

■ A pesquisa começa com uma amostra de 182 jovens de 16 a 18 anos em 2013, atinge 163 em 2014, e por conta da ampliação das ações da KAS nas periferias chega a 393 jovens em 2015, 545 em 2016 e 743 em 2017. Nos dois primeiros anos aqui abordados eram realizadas 10 turmas do curso, entre 2015 e 2016 foram 20

turmas e em 2017 chegou a 30 turmas anuais. Como as ações de 2013 e 2014 tinham apenas questionários de avaliação final do curso, e não formulários iniciais para diagnosticar a percepção política dos jovens, a análise aqui será dividida em dois blocos: avaliação final, de 2013 a 2017 e; avaliação inicial, de 2015 a 2017.

Começaremos por esse primeiro bloco de dados. No que diz respeito à avaliação final é importante destacar as características desses jovens. Para facilitar, o Quadro 1 carrega alguns pontos relevantes.

QUADRO 1. Características dos jovens dos cursos de Iniciação Política – questionários finais

	2013	2014	2015	2016	2017
Total de jovens	182	163	393	545	743
% de mulheres	56%	71%	59%	57%	58%
Média de idade total	16,5	16,6	16,8	16,8	16,8
% no ensino médio	86%	85%	87%	92%	88%

Há uma distorção inexplicável no percentual de mulheres em 2014, mas em linhas gerais o índice das estudantes está na faixa entre 55% e 60%, a média de idade é praticamente a mesma entre os anos analisados e o percentual que está no ensino médio supera 80 pontos em todo o período. Importante lembrar aqui que os questionários avaliados nessa etapa dizem respeito aos jovens que completaram o curso de política oferecido pela KAS. Ademais, também merece atenção o fato de os questionários de 2013 e 2014 serem menos densos que as versões mais recentes. Assim, as análises estarão concentradas apenas nas questões comuns a todos os cinco anos (com raras exceções), o que permitirá uma análise mais ampla em termos temporais, a despeito da perda de informações que será compensada na etapa seguinte desse artigo. Por fim, destaca-se que serão realizadas apenas avaliações descritivas, de forma pouco sofisticada do ponto de vista estatístico. Entende-se que a simples visualização dessas informações permitirá provocações relevantes. A análise será efetuada por ano.

Em 2013, aos estudantes eram apresentados nove canais de informação sobre política e eles podiam marcar livremente aqueles que utilizavam, ao menos uma vez por semana, para a obtenção de algum tipo de informação. O destaque absoluto ficou para a televisão, com média de 91%, sendo 94% entre os homens e 88% entre as mulheres. Sites e redes sociais atingiam 50% e 46% respectivamente, com predomínio do interesse médio dos meninos. Em média, os meios disponibilizados atingiram 47% de utilização pelos homens e 44% pelas mulheres.

O interesse pouco inferior das mulheres apontado em 2013 no que diz respeito ao noticiário se inverte de maneira expressiva quando o assunto são os partidos políticos. Um total de 23 mulheres afirmou ter simpatia por alguma legenda (13%) enquanto apenas 12 homens (7%) fizeram algum apontamento dessa natureza.

Em relação à utilização do conteúdo do curso, interessante notar como o reconhecimento das relevâncias para o ensino médio, para o ENEM e como eleitor é semelhante no que diz respeito ao gênero. Aqui, no entanto, uma nova distinção: enquanto 28% das meninas afirmam que utilizarão os ensinamentos da atividade para ações de natureza comunitária, apenas 16% dos meninos o fazem. Em contrapartida, 38% dos homens indicam que podem usar tais conteúdos profissionalmente e 49% na faculdade, enquanto entre as mulheres esses percentuais caem, respectivamente, para 27% e 40%. Por fim, nesse ponto da utilização do curso, chama a atenção que 16% dos rapazes dizem que podem utilizar tais aspectos algum dia como futuros candidatos, enquanto entre as moças o indicador sobe para 19%.

Fica a sensação, se somado o interesse pelos partidos, o uso de conhecimento em ações comunitárias e a possibilidade de uma candidatura com base no curso de política, que o interesse feminino pela política formal é discretamente maior. Em contrapartida, a busca por informação e a utilização em ações profissionais e de qualificação fica mais evidente entre os homens, mesmo que de forma bastante discreta.

Sobre a avaliação dos cursos existiam oito sentenças associadas ao grau de concordância com pontos ligados à atividade desenvolvida em sala de aula. Se somadas as médias das concordâncias dos dois gêneros, será possível obter uma média de 8,6 pontos para ambos, ou seja, rigorosamente empatados. Os rapazes tendem a concordar mais com o fato de que o formato da atividade ajuda a entender mais a política, que os professores não defendem aspectos ideológicos em sala e que o formato da atividade é adequado. As moças, por sua vez, tendem a concordar mais com o fato de que o curso trouxe muitos conhecimentos novos e que as atividades devem continuar a ser realizadas naquele local, para mais pessoas. As distâncias aqui são todas discretas, e cabe ressaltar o equilíbrio que gera o empate nas médias de concordância das sentenças.

Por fim, merece atenção o grau de concordância com um conjunto de nove sentenças atrelado ao modo como os jovens enxergam aspectos de nossa política. As maiores distâncias entre os gêneros ficam numa sensação maior das mulheres de que a corrupção é o maior problema do país – 68% contra 62% dos homens

– e a sensação de que é necessária a aproximação com os partidos políticos para se resolver problemas da realidade – 65% contra 60% dos homens, o que corrobora a aproximação e simpatia destacada em questão anterior analisada no penúltimo parágrafo anterior. No que diz respeito aos maiores percentuais de concordâncias dos homens em relação às mulheres, destacam-se: o sentimento de que a imprensa informa bem – 54% entre eles, contra 48% – e a percepção de que todos os políticos são corruptos – 55% entre eles e 53% entre elas. Tais distanciamentos, mais uma vez, são símbolos levemente diferentes, cabendo observar tais fenômenos ao longo do tempo.

Em 2014, aos estudantes foram novamente apresentados nove meios de comunicação com o objetivo de compreender onde buscavam informações sobre política. Mais uma vez a média dos homens superou aquela registrada entre as mulheres: 45% contra 41%. Há queda nos dois grupos em relação ao ano anterior, o que a despeito das eleições pode ser atribuído ao fato de 2013 ter sido um ano de grande efervescência social no país, envolvendo relevantes parcelas de jovens. Entre as meninas se destaca a TV, com 86% contra 81% dos meninos, enquanto as redes sociais e a internet têm neles 53% e 60%, contra 39% e 45% delas.

No que diz respeito à simpatia pelos partidos políticos há inversão do resultado obtido em 2013: mais de 23% dos rapazes indicam uma legenda como sua predileta, o que entre as moças ficou em 15%. Curiosamente o cenário feminino se manteve praticamente inalterado, pois em 2013 o índice apontava 13%. O que aumentou de forma expressiva foi a posição masculina, que saiu de 7% e atingiu 23%, o que muito provavelmente está atrelado ao ano eleitoral.

Em relação à utilização do conteúdo do curso não existem registros de diferenças significativas associadas ao conteúdo atrelado ao ensino médio, bem como aos trabalhos comunitários e ao uso profissional – esses dois últimos se mostraram diferentes em termos de gênero na pesquisa de 2013. Entre as mulheres, 2014 mostra uma utilização mais acentuada como eleitora – 82% contra 64% dos homens – e para o ENEM – 52% contra 38% dos rapazes. Já entre eles, mais uma vez destaque para o uso na faculdade – 47% contra 37% – e, dessa vez, como futuro candidato – 28% para eles contra 18% para elas.

Algumas percepções mudam entre os anos, o que pode ser símbolo de problemas amostrais, ou mesmo de certa instabilidade etária sobre assuntos complexos para esse instante da vida. Os homens, em 2014, aderem mais aos partidos e declaram com mais incidência a possibilidade de utilização do curso para fins de candidaturas futuras. Isso, no entanto, é algo extremamente discreto que não per-

mite qualquer afirmação de distanciamento ligado ao gênero quando o assunto é a política.

Em relação às oito frases de avaliação do curso, curiosamente as mulheres registraram índices de concordância maior que os dos homens para praticamente todas elas, com destaque para seis, dentre as quais se destacam: os professores são ideologicamente neutros e o formato da atividade é adequado. Assim, se somadas as médias dos graus de concordância do conjunto de afirmações e divididos os resultados por gênero, sobre uma nota de 0 a 10 as mulheres indicaram média 8,9 e os homens 8,6. As diferenças, assim, são muito discretas e mostram que ambos os grupos mostram respeito e percepção da relevância de ações de educação política que lhes ofertem tais conteúdos. Pelo segundo ano consecutivo é possível notar a inexistência de diferenças que mostrem um interesse maior dos homens por esse tipo de conteúdo, o que é muito importante de ser observado aqui.

Por fim, mais uma vez é possível finalizar a análise de um ano observando o grau de concordância dos jovens com nove sentenças padronizadas. Nesse ano as respostas se mostraram mais distantes em relação à questão do gênero. Apenas em relação à frase “a educação política deve estar presente nas escolas”, com 92% de concordância entre elas e 90% entre eles existe convergência mais significativa. Quando o assunto, por exemplo, está ligado a “políticos devem fazer favores aos seus eleitores” as meninas registram 49% de aceitação contra 57% dos meninos. Em contrapartida, eles são mais críticos à mídia, com 36% de aceitação à afirmação de que “a imprensa informa bem os cidadãos”, contra 45% delas. O movimento em relação à aproximação com os partidos políticos se inverte em relação a 2013, e a concordância das mulheres cai de 65% para 60% enquanto entre os homens vai de 60% para 71%. A pesquisa de 2014 mostra os rapazes mais próximos de aspectos formais da política, e tal transformação pode ser resultado dos manifestos de 2013 e de um distanciamento mais expressivo, ou mais bem percebido, dos jovens em relação à política.

Em 2015, houve aumento significativo na amostra de jovens, pois os cursos foram estendidos em relação à abrangência e total de turmas formadas. E novamente foram apresentados nove meios de comunicação aos jovens para que aponhassem o quanto se informam sobre política. Pela primeira vez a média feminina superou a masculina, com 52% contra 45%. Isso representa uma busca mais intensiva de informações por parte das meninas em todos os canais apresentados, com destaque para a televisão – 93% contra 85% – e os sites e redes sociais, que no caso delas ficaram, respectivamente com 68% e 64%, e entre eles com 56% e 62%.

Sobre os partidos políticos, é importante salientar a redução de simpatia em relação ao ano anterior. Entre os homens o índice cai de pouco mais de 23% para 13% – maior que aquele registrado em 2013 – enquanto entre as mulheres a redução vai de 15% para 9%, atingindo seu patamar mais baixo.

Tendo em vista a utilização dos cursos, o aumento da amostra pode ter trazido uma estabilidade mais elevada em relação às sensações sobre a atividade. Há equilíbrio de gênero nas percepções de que os conteúdos são úteis para a atuação enquanto eleitor, no ensino médio, na faculdade, em trabalhos comunitários e no cotidiano profissional. O desequilíbrio ocorre apenas em relação ao ENEM, com 52% das mulheres entendendo a utilidade dos conteúdos nessa etapa contra 41% dos homens, e na possibilidade de um dia, no futuro, ocorrer uma candidatura eleitoral, com 24% entre as meninas e 18% entre os meninos, o que mais uma vez reforça a ideia de que nessa fase da vida não parecem existir diferenças capazes de explicar as distâncias encontradas entre os gêneros no universo da política formal.

No que diz respeito às oito sentenças de avaliação dos cursos, mais uma vez as meninas valorizam mais as atividades, mesmo que de forma discreta. Sobre uma nota que podia chegar a 10, pautada em grau de concordância com sentenças associadas ao curso, a média das moças atingiu 9,0 e a dos rapazes 8,6 pelo terceiro ano consecutivo. As quatro sentenças onde existem as maiores diferenças estão relacionadas a uma percepção mais positiva das mulheres sobre a ideia de que o formato da atividade é adequado, o curso trouxe mais informações, a atividade ajudou na forma de entender a política e os professores respeitam diferenças ideológicas. Tais aspectos são relevantes, pois indicam em alguns dos casos, um apego maior das meninas pelo conteúdo ministrado, reforçando a ideia de que não existem severas diferenças que coloquem o homem como o agente maior da política.

No conjunto final de sentenças, os rapazes ainda se mostram mais afeitos à ideia de que políticos devem fazer favores aos eleitores, assim como indicam com maior incidência que a educação pública prepara os estudantes para a cidadania. As meninas, por sua vez, apontam que tendem a concordar mais com a importância da educação política nas escolas – 91% contra 87% dos meninos – e que devemos nos aproximar dos partidos para a solução de problemas políticos – 73% contra 69% deles. Importante, mais uma vez salientar, que as diferenças são discretas e mostram posições relativamente semelhantes entre os gêneros no que diz respeito a aspectos de ordem política.

Em 2016, o total de meios de comunicação arrolados para adesão e apontamento de utilização subiu de nove para onze, e pelo segundo ano seguido as mulheres demonstraram maior interesse. O percentual de uso dos canais entre

elas atinge 37% contra 33% deles. O destaque continua sendo a televisão – 89% contra 82% – bem como a internet e os sites (63% contra 54%) e as redes sociais (64% contra 57%). Merece também uma menção especial o papel da escola. Enquanto 44% indicam que se trata de um canal onde elas se informam sobre política, esse percentual cai para 31% entre eles.

Sobre os partidos políticos, curiosamente há nova alternância em relação à questão da simpatia. O percentual de moças que afirmam ter afeição a uma dada legenda atinge 14%, enquanto entre os rapazes se estabelece em 10%. A despeito das mudanças entre os anos, entre os jovens pesquisados as legendas passam longe de serem entendidas como organizações mais masculinas no que diz respeito à simpatia.

Sobre o uso dos conteúdos apreendidos ao longo do curso a relação de alternativas foi substituída em 2016. Mas ainda percebe-se adesão maior à questão da utilização enquanto eleitor – com 87% entre elas e 82% entre eles. Uma nova questão, a partir desse ano, no entanto, permite complementar um dado importante sobre candidaturas. A questão estava associada ao futuro na política e aos jovens era perguntado: “em relação à política, você entende que no futuro será”. E as alternativas eram: apenas um eleitor, posso me filiar a um partido e posso me candidatar um dia. Talvez sem saber que para candidatar-se é necessária a filiação, os jovens aderem mais à terceira alternativa que à segunda – apontando que a primeira opção captou quase 80% dos posicionamentos. Entre as mulheres 11% afirmam que um dia podem se candidatar e 5% que podem se filiar a uma legenda. Já entre os homens, 14% podem ser candidatos um dia e 10% podem se filiar. A distância de possível adesão às legendas não combina com o que é verificado no caso da simpatia com algum partido – e isso parecem fenômenos possíveis de serem vistos de formas diferentes – e o resultado mostra um primeiro sinal claro de posicionamento que coloca os meninos mais próximos de um organismo político. Isso, no entanto, parece pouco em relação a tantas outras variáveis que não diferenciam gênero ou que colocam as mulheres em condições mais próximas da política.

Em relação às oito sentenças de avaliação do curso, com base em uma média que podia variar até 10 as meninas, mais uma vez, avaliaram de forma mais positiva as atividades: 8,9 contra 8,7 dos meninos. A diferença é discreta, mas em sete pontos a avaliação feminina é mais positiva, com destaque para “o curso mudou minha forma de entender a política” e “os professores respeitam diferenças ideológicas em sala de aula”. Entre os rapazes uma percepção discretamente mais clara de que “os professores dominam os conteúdos ministrados”.

Finalizando a análise de 2016, importante destacar os graus de concordância com as sentenças partindo da ideia que apenas cinco delas permaneceram nos formulários desse ano. Ainda assim, destaque para o fato de os homens concordarem mais com questões relacionadas “aos políticos serem todos corruptos” e “a corrupção ser (é) o maior problema do Brasil”. Já as mulheres aderem mais ao fato de “a imprensa informar bem a sociedade” e “a educação política ser (é) necessária nas escolas” – aqui o grau feminino de concordância atinge 90% e o masculino 88%.

Em 2017, foram novamente apresentados onze meios de comunicação aos jovens. O quadro de dois anos consecutivos das mulheres a frente dos homens se inverteu, com 32% de adesão média deles e 31% delas. A diferença é absolutamente discreta e existe uma redução sensível de adesão aos meios apresentados em relação ao ano anterior. O ponto que mais chama a atenção é a televisão, que atinge 82% entre os rapazes e 79% entre as moças – em 2013 a média geral da TV era de 91%. Merece atenção também o universo virtual, com 61% de índice de utilização dos sites entre as mulheres, contra 59% dos homens, e 56% de uso das redes sociais por eles, contra 54% delas – em 2013 a média das redes sociais era de 46%. Salientam-se novamente as distâncias discretas entre os gêneros no que diz respeito à busca por informação política, sendo que a única diferença aguda se dá pelo uso do You Tube: 33% entre eles e 20% entre elas.

Em relação aos partidos políticos, nova queda. Apenas 9% das mulheres e igual percentual de homens afirmam alguma simpatia em relação a uma legenda. O ano não eleitoral poderia ser utilizado como justificativa, mas para além disso existe uma ausência preocupante de legitimidade política. O único ponto positivo aqui é, mais uma vez, a inexistência de algum tipo de posicionamento que distingue de maneira expressiva os gêneros. Aqui cabe considerar a análise da variável que surge em 2016 e permite uma percepção acerca da possibilidade de o jovem um dia se enxergar filiado ou, até mesmo, candidato. Nesse caso, existe um distanciamento de gênero conforme verificado anteriormente. Em relação à possibilidade de se filiar, 9% dos rapazes afirmam que um dia poderiam fazê-lo, enquanto 8% das moças fazem a mesma afirmação. Esse equilíbrio desfaz a distorção de 2016, que agora se aloca na distância entre os 15% de meninos que indicam que um dia poderiam se candidatar contra 9% das meninas. Os resultados mostram fragilidades amostrais? Apontam uma aleatoriedade de um público pouco acostumado com tais perguntas? Pode ser, mas é importante ofertar atenção a tais aspectos.

Em relação ao uso do conteúdo curso, é importante destacar uma queda acentuada nos percentuais de utilização como eleitor. O fenômeno pode ter sido

impactado pelo ano eleitoral – da casa de mais de 80 pontos no ano anterior para 74% entre elas e 73% entre eles. Em praticamente todas as seis variáveis as distâncias foram muito discretas em termos de percepção da utilidade da atividade de educação política, mas tal afirmação se arrefece quando o assunto é o vestibular: 72% entre as meninas e 54% entre os meninos, o que pode refletir o interesse e o ingresso mais acentuado das mulheres no ensino superior.

No que diz respeito às oitos sentenças de avaliação do curso, em 2017 foi adicionada uma nona afirmação atrelada à capacidade de a atividade estimular a lógica da tolerância política. Em todas as sentenças as meninas fizeram avaliações mais positivas em relação ao curso, com exceção de “os professores explicam bem o conteúdo”. Nos demais casos, apenas a nova afirmação registrou um desequilíbrio de gênero menos discreto: é de 71% o grau de concordância das meninas com o fato de o curso estimular a tolerância e de 65% entre os rapazes. No geral a média de concordância com aspectos positivos de avaliação do curso ficou em 89% entre as moças e 87% entre os rapazes, mostrando bastante equilíbrio no reconhecimento acerca de ações dessa natureza.

Finalizando a análise desse último ano, é importante salientar que mais uma vez apenas cinco sentenças foram mantidas no questionário de 2017, assim como em 2016. As meninas tendem a concordar mais com o fato de que os políticos são todos corruptos, e que a educação política deve estar presente nas escolas – aqui os índices atingem 91% entre elas e 86% entre eles. Já em relação aos meninos, eles concordam mais com o fato de a imprensa informar bem o cidadão, a educação pública não formar os cidadãos e a corrupção ser o maior problema do Brasil.

No Quadro 2 é possível analisar resumidamente alguns dos pontos destacados anualmente nos questionários de encerramentos dos cursos analisados até aqui. Nota-se que não existem diferenças profundas e persistentes em algumas das variáveis acatadas para a análise. Existe bastante oscilação em boa parte delas, mas nenhuma coloca a mulher em situação que demonstre menos interesse, mais afastamento, maior resistência e qualquer aspecto agudo desse tipo em relação à política e seus conteúdos ministrados, atitudes testadas e demandas por informação. Mesmo que de forma discreta, é relevante salientar os poucos pontos persistentes: em todos os anos as meninas concordam mais que a educação política deve estar presente nas escolas, bem como são constantes as melhores avaliações dos cursos por elas. Com relação à busca por informação há alternância, mas chama a atenção negativamente que entre 2016 e 2017 há queda generalizada nas médias dos canais ofertados. Por mais que o total de fontes tenha sido elevado, e isso pode distorcer o cálculo, curiosamente 2015 atingiu o ápice das médias e 2016, em

queda, ficou acima de um ano de 2017 preocupante. Por fim, se tomadas as duas questões sobre simpatia por partido e aspectos atrelados a candidaturas, na primeira variável a média dos resultados anuais das mulheres é de 12%, idêntico ao revelado pelos homens. No quesito seguinte, associado às candidaturas, a média feminina é de 16% e a masculina de 18%, não sendo possível destacar qualquer fenômeno que aponte distância expressiva entre gêneros.

QUADRO 2. Resumo das percepções sobre curso de Iniciação Política por gênero

	2013		2014		2015		2016*		2017**	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
% médio de utilização dos canais de informação	44%	47%	41%	45%	52%	45%	37%	33%	31%	32%
% de declaração de simpatia por algum partido	13%	7%	15%	23%	9%	13%	14%	10%	9%	9%
% de possível uso do curso em futura candidatura	19%	16%	18%	28%	24%	18%	11%	14%	9%	15%
% de concordância com boa avaliação do curso	86%	86%	89%	86%	90%	86%	89%	87%	89%	87%
% de concordância com educação política na escola	86%	85%	92%	90%	91%	87%	90%	88%	91%	86%

* A partir de 2016 houve aumento de nove para onze nos meios de comunicação testados, o que altera o cálculo da média. Além disso, no percentual de futura candidatura, a pergunta passou a ser feita de forma diferente. Não mais atrelada ao USO do curso, mas sim com o objetivo de entender se em algum momento os respondentes se viam como candidato no futuro.

** A partir de 2017 foi adicionada uma variável, passando a nove, o total de indicadores de avaliação do curso.

Findada a análise desse bloco de dados, atrelado às avaliações finais de aspectos políticos atrelados ao posicionamento dos jovens que passaram por cursos de Iniciação Política da Fundação Konrad Adenauer nas periferias de São Paulo, o intuito agora é compreender como os estudantes se posicionam ANTES de receberem conteúdos formais de política. Tais formulários iniciais começaram a ser aplicados apenas em 2015, mas é importante salientar a possibilidade de boas comparações acerca da percepção desses agentes. Aqui se destaca o fato de a análise, menos profunda no tempo, revelar mais fortemente o que pensam os jovens, uma vez que as opiniões contidas aqui estão livres dos impactos do curso.

A amostra aqui é mais equilibrada entre os anos, com a saída de 2014. Nesse instante será possível realizar comparações entre as seguintes questões fundamentais: utilização de meios de comunicação (feita também no bloco anterior), obtenção de título de eleitor, percepção sobre o voto, simpatia com os partidos po-

líticos (feita também no bloco anterior), aproximação com grêmios estudantis e grau de concordância com algumas sentenças (feita, em parte, no bloco anterior). Mais uma vez as análises serão realizadas anualmente e no final será apresentado um quadro resumo com alguns pontos relevantes.

QUADRO 3. Características dos jovens dos cursos de Iniciação Política – questionários iniciais

	2015	2016	2017
Total de jovens	424*	545	743
% de mulheres	59%	57%	58%
Média de idade total	16,8	16,8	16,8
% no ensino médio	87%	92%	88%

* Em 2015 o total de questionários finais e iniciais destoam porque eram passados separadamente. A partir de 2016, sem identificar o respondente, o aluno que respondia o formulário de entrada (frente), respondia emparelhadamente o formulário de saída (verso).

Em 2015, a média dos nove meios de comunicação apresentados fica em 42% para as meninas e 39% para os meninos. A TV se destaca com 92% entre elas e 87% entre eles, com as redes sociais e os sites atingindo índices próximos de 50% com as moças mais assíduas no segundo e os rapazes nas redes.

Em relação à obtenção do título de eleitor a pergunta estava associada à posse, ou intenção de possuir o documento com 16 ou 17 anos. A diferença de gênero aqui praticamente inexistente: 45% dos homens e 46% das mulheres indicaram o interesse ou a efetivação da ação relacionada ao documento. As médias estão muito acima daquelas registradas pela juventude brasileira, o que pode esconder a distância entre responder e efetivamente agir, ou revelar um perfil de cidadão que tem mais interesse que a média da sociedade por tal documento.

Sobre o voto, existe um pequeno desnível de gênero na percepção de que tal instrumento da democracia representativa está mais associado a um direito – e não a uma obrigação (a outra possibilidade dada para resposta à pergunta). Para 74% das mulheres trata-se de um direito, o que entre os homens atinge 68%.

Com relação aos partidos políticos, há um empate em 11% em relação à simpatia. Interessante nesse caso que a média desse indicador na saída do curso em 2015 era de 9% para as mulheres e 13% para os homens. Apesar de tal resultado, não é possível afirmar que as legendas afugentam moças e atraem rapazes.

Sobre os grêmios escolares, importante salientar o percentual de jovens que marcaram a opção associada ao fato de a escola possuir esse tipo de instrumento e o respondente estar diretamente envolvido com ele. No total a média desse in-

dicador é muito baixa: 5%. Entre as meninas esse índice atinge 6%, enquanto os meninos registram apenas 3,5%. Aqui há um indicativo de envolvimento maior da mulher nas ações políticas escolares, apesar de os baixos percentuais darem margens a uma percepção mais acentuada de problemas amostrais.

Por fim, as questões associadas ao grau de concordância com as sentenças apresentadas. Ao todo existiam seis frases que podiam ser comparadas anualmente. Em quatro delas o grau de concordância das mulheres supera o dos homens. A mais acentuada diferença está atrelada à percepção da educação política nas escolas: 79% entre eles e 83% entre elas. Já na direção inversa, com maior concordância masculina, a sentença atrelada à ideia de que “depredar o patrimônio privado é um gesto legítimo de manifestação” tem 20% de grau de concordância entre os meninos e 15% entre as meninas.

Em 2016, os questionários estão emparelhados, ou seja, quem respondeu o formulário de entrada o fez no mesmo documento de saída. Aqui é possível verificar que na entrada dos cursos, mais uma vez, as meninas se informam mais que os meninos: a média dos onze canais de informação entre elas é de 32% e entre eles de 29%. A distância é discreta, chamando a atenção a TV (87% contra 83% a favor delas) e a escola (43% contra 31% a favor delas). Nos sites, há empate em 53% e nas redes sociais 59% para as meninas e 52% para eles. O importante é, mais uma vez, notar que não existem grandes diferenças.

Em relação à obtenção do título de eleitor com menos de 18 anos, a declaração de que fez ou fará isso mais uma vez tem as mulheres como agente mais interessado: 53% contra 47% deles, mostrando novamente interesse maior que na sociedade em geral. Sobre o voto, mais uma vez a percepção das mulheres de que esse instrumento é um direito, e não uma obrigação. A percepção feminina supera o sentimento masculino: 72% contra 64%. Já sobre os partidos políticos, novo empate. Dessa vez em 9%, menos que em 2015. No que diz respeito aos grêmios escolares, mais uma vez o percentual de alunos diretamente envolvidos é baixo (8%), e mais uma vez as mulheres levam vantagem: 9% a elas e 7% a eles. Tal ponto reforça a participação feminina, mesmo que discretamente.

Por fim, sobre as seis sentenças, em três os graus femininos de concordância são maiores, destacando-se: “a educação política deve estar presente nas escolas” com 86% contra 81%. Com maior grau de aceitação entre eles, mais uma vez a sensação de que “depredar praças é gesto legítimo de manifestação” com 6% contra 5%.

Em 2017, a média de utilização dos canais de comunicação das meninas fica em 29%, com os meninos atingindo 30%. A variação em relação ao ano anterior é

mínima, mas o suficiente para eles aparecerem discretamente à frente. As meninas aderem fortemente à TV – 84% contra 80% dos meninos, que também têm aqui sua principal fonte – e os sites ficam com 57% para eles contra 51%, com as redes sociais atingindo marca empatada de 60% entre os gêneros.

Sobre a posse ou desejo de possuir o título de eleitor antes dos 18 anos, os meninos passam a registrar 55% de interesse contra 50% das meninas, pela primeira vez. Já na percepção do voto como um direito, e não como uma obrigação, as mulheres mantêm a liderança com 81%, enquanto os homens registram 77%. No que tange aos partidos políticos uma distinção incomum até aqui: 11% deles registram simpatia, contra 6% delas.

A análise dessas variáveis termina com a adesão aos grêmios estudantis, e mais uma vez os homens invertem um cenário que nos dois anos anteriores dava vantagem às mulheres: 7% deles se dizem envolvidos contra 5% delas. Mais uma vez, boa parte das vantagens é discreta e incapaz de sugerir que a percepção sobre política seja algo restrito ao universo masculino, como a cultura machista nacional sugere e os estudos comprovam.

Como última parte dessa análise, destacam-se os graus de concordância com as seis sentenças apresentadas. As mulheres, mais uma vez, apresentam maiores adesões a três frases, o mesmo ocorrendo nas outras três com os homens. Entre elas destaque para “os políticos são todos corruptos” com 58% contra 53% deles e a “educação política deve estar presente nas escolas”, com 90% contra 83% deles. Já no caso dos rapazes, a concordância mais acentuada em relação às moças fica para “a corrupção é o maior problema do país” com 82% contra 74% delas. Mais uma vez é importante frisar que não existem visões radicalmente diferentes quando a variável supostamente explicativa é o gênero.

No Quadro 4 é importante observar um resumo de alguns indicadores apresentados. Não existe grande diferença em qualquer ano analisado no que diz respeito ao interesse dos jovens pela busca por informações políticas. As distâncias são mínimas. Sobre os partidos políticos, 2017 demonstrou uma queda preocupante entre as mulheres, mas nos demais anos houve absoluto empate. O interesse pelo título de eleitor antes dos 18 anos mostra altos índices, restando voltar na questão já feita sobre um público diferenciado ou uma declaração que não condiz com a ação, pois o interesse dos jovens brasileiros por esse direito, aos 16 e 17 anos, está muito abaixo desses resultados colhidos. No que diz respeito à percepção do voto como direito, e não como uma obrigação, as mulheres se mostram discretamente à frente em todos os anos, assim como aderem mais à ideia de que a educação política deve estar presente nas escolas. Por fim, os grêmios escolares

têm baixa participação efetiva desses estudantes em termos percentuais, e o equilíbrio entre os gêneros é marcante, com vantagem inicial para as mulheres nos anos de 2015 e 2016 e reversão dessa tendência em 2017.

QUADRO 4. Resumo das percepções sobre política por gênero

	2015		2016		2017	
	M	H	M	H	M	H
% médio de utilização dos canais de informação	42%	39%	32%	29%	29%	30%
% de declaração de simpatia por algum partido	11%	11%	9%	9%	6%	11%
% de interesse pelo título com menos de 18 anos	46%	45%	53%	47%	50%	55%
% de concordância com o voto como direito	74%	68%	72%	64%	81%	77%
% de adesão atuante aos grêmios escolares	6%	3,5%	9%	7%	5%	7%
% de concordância com educação política na escola	83%	79%	86%	81%	90%	83%

CONCLUSÃO

■ No início desse texto alguns números foram apresentados. O Brasil tinha no início de 2018 aproximadamente 148 milhões de eleitores registrados na Justiça Eleitoral. Desse total, aproximadamente 52% eram mulheres e 48% homens. Entre os filiados aos 35 partidos políticos nacionais tínhamos mais de 15 milhões de brasileiros – mais de 10% do eleitorado nacional. Desse total, cerca de 40% eram mulheres. Tendo em vista as eleições proporcionais, é de pouco mais de 30%, desde 2012, o percentual de mulheres candidatas aos cargos de deputada federal, deputada estadual, deputada distrital e vereadora no país com base na “lei de cotas”. Por fim, o percentual de mulheres eleitas nesses pleitos sequer ultrapassa 15%. Falta, assim, um mínimo de representatividade feminina, e um dos pontos principais está atrelado ao exacerbado e descrito em trabalhos científicos, machismo do universo político, com destaque para críticas acentuadas ao ambiente partidário.

Com base em tais aspectos, esse artigo se concentrou em perceber se a variável gênero serviria, de alguma maneira, como explicação para o interesse de jovens estudantes das periferias de São Paulo sobre POLÍTICA. O material que subsidiou toda a análise exposta foram questionários aplicados entre 2013 e 2017 em estudantes de 16 a 18 anos. A pergunta norteadora era: será possível verificar padrões distintos de percepção sobre política entre as mulheres e os homens? A despeito do caráter de enquête do levantamento, sem qualquer rigor amostral capaz de representar de fato todo o universo dos jovens de uma determinada região,

rede escolar ou característica etária, a hipótese central estava associada ao fato de que não seria possível encontrar grandes diferenças.

Isso de fato se concretizou. E resta, a partir de agora, sugerir um adensamento nas pesquisas. Seja por meio da revisão de resultados obtidos em outros diversos estudos, seja buscando explorar alguns fenômenos aqui presentes. Assim, essa conclusão termina em ritmo de dupla provocação. A primeira positiva: seria essa geração de jovens arrefecedora das barreiras entre homens e mulheres em suas percepções e ações políticas? Poderíamos pensar que estamos diante do amadurecimento de cidadãs e cidadãos que não guardam entre si distâncias tão agudas em relação à lógica de nossa participação política formal? A segunda, no entanto, soa mais negativa: seria essa faixa etária, esse instante da vida, um momento de maior igualdade que, com o avançar dos anos, separaria homens e mulheres no que diz respeito aos seus devidos graus de envolvimento com a política? Nesse caso, em que instante a política absorveria com maior clareza os homens e deixaria as mulheres às margens desse processo? As respostas a tais provocações, muito provavelmente, não estão polarizadas desse modo, e devem estar entre uma e outra posição. As novas gerações parecem menos afeitas às diferenças de gênero, mas efetivamente ainda será necessária muita conscientização para que seja possível reduzir as barreiras do machismo no ambiente político. Não basta aguardar e esperar esses jovens envelhecerem e carregarem tais valores, a luta das mulheres no universo político terá que transcender o que seria um aparente curso natural.

HUMBERTO DANTAS, cientista social, mestre e doutor em ciência política pela Universidade de São Paulo. Pesquisador da FGV-SP onde cursa o pós-doutoramento centrado em estudos acerca da Educação Política. Faz uma década realiza cursos de Iniciação Política nas periferias de São Paulo com apoio total da Konrad Adenauer. Autor do livro “Educação Política – sugestões de ação a partir de nossa atuação” (Konrad Adenauer, 2017).